REVISTA TEMAS EM EDUCAÇÃO

DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n1.54113

EXTENSÃO POPULAR: MARCOS HISTÓRICOS

Renan Soares de Araújo [*]

Celâny Teixeira de Mélo [**]

Pedro José Santos Carneiro Cruz [***]

[*] Mestrando em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3477-638X
E-mail: rsdahc@hotmail.com

[**] Mestranda em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0610-3273
E-mail: sol_lanny@hotmail.com

[***] Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9744-7938
E-mail: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br

RESUMO

A dimensão da Extensão tem se destacado historicamente como o pilar acadêmico por onde variadas práticas sociais estão sendo realizadas. Nesse contexto, presencia-se a existência de uma perspectiva de Extensão orientada com base na concepção freiriana de Educação Popular. À vista disso, este manuscrito propõe-se a delinear a partir de uma abordagem histórica diacrônica, o processo de constituição do campo da Extensão em Educação Popular, no contexto brasileiro. Para tanto, realizou-se uma investigação de caráter bibliográfico, com base em uma perspectiva qualitativa de cunho descritivo, apoiando-se na modalidade da revisão narrativa. Observa-se que, a princípio, essas iniciativas de Extensão em Educação Popular foram desenvolvendo-se de forma desvinculada da universidade como instituição social. Com o início do período da ditatura militar, em 1964, essas práticas começaram a ser duramente reprimidas, ainda assim, continuaram a ocorrer reconditamente. Com o fim do regime militar, em 1985, e a abertura política, essas práticas passaram a ser reconhecidas institucionalmente. Em consecutivo, com a consolidação de algumas políticas governamentais, essas experiências foram desfrutando de credibilidade institucional e ganhando cada vez mais destaque e reconhecimento. Apesar de não ser uma prática hegemônica, paulatinamente, vêm conquistando espaço no multifacetado cenário universitário e consolidando-se como possibilidade concreta.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Educação Popular. Brasil.

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária tem se distinguido historicamente como pilar acadêmico pelo qual diferentes trabalhos têm sido realizados na perspectiva da interação da universidade com os vários setores sociais, no enfrentamento a suas principais problemáticas, na promoção da cidadania e na colaboração com a organização, elaboração, implementação e avaliação de ações governamentais e de políticas públicas.

Como exposto por Araújo (2018a), Cruz e Vasconcelos (2017), Freire (2015), Jezine (2006), Melo Neto (2001) e Fleuri (1989), a Extensão constitui um campo profícuo de interlocução entre a instituição universitária e a sociedade que, ao longo do seu desenvolvimento histórico, apresentou diferentes intencionalidades, ideologias e perspectivas teórico-metodológicas na orientação de seus projetos e programas.

Conforme assevera Jezine (2006), as práticas de Extensão em hegemonia no contexto acadêmico podem ser dispostas nas vertentes de cunho *assistencialista* e de viés *mercantilista*. Na acepção *assistencialista*, as iniciativas extensionistas estão fortemente vinculadas à concepção "redentora" de que a universidade deve "levar" o seu saber à população, assim como ofertar um número diversificado de serviços que possam acarretar a resolubilidade parcial de alguns problemas sociais.

Essa perspectiva é demarcada pela promoção de trabalhos e a oferta de serviços que deveriam ser de responsabilidade do Estado e não das universidades, tais como: assistência social, médica e/ou educacional. Em seu decurso organizativo, as ações nessa modalidade não priorizam a necessária problematização dos fatores provocativos e estruturais dos problemas sociais, de modo que as circunstâncias de precariedade e desigualdade social se mantenham conservadas, não as relacionando em sua responsabilidade com as instâncias governamentais (ARAÚJO; 2018a; CRUZ; VASCONCELOS, 2017; JEZINE, 2006).

Ademais, alimenta-se também uma relação de dependência dos públicos assistidos em relação aos entes promotores da assistência, na medida em que não se inclui, no processo extensionista, a promoção da autonomia das pessoas para a reivindicação e a conquista desses serviços e ações como direito permanente realizado por meio de políticas públicas (ARAÚJO; 2018a; CRUZ; VASCONCELOS, 2017; JEZINE, 2006).

Na concepção de caráter *mercantilista*, situa-se a compreensão da Extensão diretamente relacionada com a elaboração de bens e o fornecimento de serviços, mediante parcerias entre a universidade e o setor privado, com o ideal de comercializar os produtos elaborados pela instituição universitária. Assim, submete-se à lógica do capital e converte o seu trabalho em mercadoria a ser negociada, cedendo às pressões econômicas e voltando o comprometimento e a atribuição da universidade não para o justo desenvolvimento social e humano, mas para o fortalecimento e a consolidação do acúmulo de dinheiro e de poder concentrado em um grupo cada vez menor de pessoas. Por essa vertente, a Extensão está à serviço "de quem paga" por seus trabalhos, não daqueles setores sociais nos quais há processos concretos de vulnerabilidade e iniquidade social. Essa orientação do processo extensionista se dá pela possibilidade de capitalização dos produtos de seus trabalhos, não pela demanda social pulsante na região onde se encontra inserida a universidade (ARAÚJO; 2018a; CRUZ; VASCONCELOS, 2017; JEZINE, 2006).

Na contracorrente dessas vertentes extensionistas, verifica-se no cenário acadêmico a presença de outras possibilidades que convergem na conformação de uma perspectiva de Extensão que está necessariamente orientada para o enfrentamento da exclusão social, para a promoção do protagonismo dos sujeitos pertencentes aos setores sociais populares e, principalmente, para contribuir em apoio na constituição de atividades de formação permanente de tais sujeitos, na perspectiva de luta e construção social de seus direitos e de políticas públicas promotoras do bem viver.

Essa perspectiva extensionista fundamenta-se a partir da concepção freiriana de Educação Popular, de cunho metodológico dialógico e crítico, fortemente inspirada pelo acumulado teórico-prático das experiências pioneiras de alfabetização de adultos que foram levadas a cabo, especialmente no contexto brasileiro, no período entre o fim dos anos 1950 e início de 1960. Experiências que foram empreendidas por diversificados movimentos e experiências que identificavam-se com uma noção ambígua quanto a concepção de "cultura popular", as quais confluíram para a gênese do que hoje tem sido concebido como Educação Popular (BRANDÃO, 2017).

Para Alder Júlio Calado (2014), quando discorre-se a respeito de Educação Popular, refere-se a:

> [...] um processo formativo concernente às camadas populares, que envolve diferentes protagonistas, parceiros e aliados e supostos aliados, animados por diferentes – e, às vezes, antagônicas – motivações, perspectivas, procedimentos e posturas ético-políticos e pedagógicos (CALADO, 2014, p. 359).

Na interpretação de Oscar Jara (2003), a Educação Popular tem a ver com o processo permanente de teorização sobre a prática social, estando indissociavelmente articulada com a mobilização e organização dos grupos populares, com o ideal de responder às necessidades e exigências objetivas do processo histórico vivenciado por esses setores. Em outras palavras, como assinalado por Paulo Freire (2001, p. 16), a "Educação Popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios".

Nesse sentido, em suas dimensões epistemológica e pedagógica, a perspectiva de Educação Popular caracteriza-se como uma ação contínua de crítica à organização social capitalista e ao padrão de sociabilidade hegemonicamente instituído. Em virtude disso, essa prática educativa associa de forma manifesta e contundente o *educativo* e o *político*, em vista de apoiar processos de diálogo e de trabalho coletivo para a constituição de práticas contra-hegemônicas e de alternativas de enfrentamento das problemáticas resultantes do modo de organização social vigente, subordinada ao capital, aspirando lograr a emancipação humana (PALUDO, 2015).

As ações de Extensão orientadas pela Educação Popular têm se consolidado no contexto universitário a partir do esforço de intelectuais, docentes, discentes, técnicos e outros profissionais de distintos setores sociais que, em conjunto com os sujeitos e grupos das classes populares, vêm construindo trabalhos sociais pautados em dimensões como: o diálogo horizontalizado, a participação popular e o protagonismo dos atores populares, a valorização dos saberes locais, a problematização da realidade objetiva, a construção compartilhada de conhecimentos e a atitude de compromisso social firmada em uma postura política de cunho crítico.

Esse fazer extensionista funda a concepção do que Melo Neto (2014) denominou de *Extensão Popular*. Segundo Cruz (2018), ela se tem figurado como um signo unificador de um número diversificado de iniciativas universitárias e que, a partir da prática social comprometida com as causas dos grupos socioculturais vulnerabilizados, entende-se e afirma-se que *ser mais*

é possível, assim como se mergulha no processo de elaboração e implementação de uma prática edificante da ciência, fundada em uma base dialógica e com um horizonte emancipador.

Diante disso, este artigo possui como seu propósito o delineamento de uma reconstituição histórica do processo de composição do campo da Extensão Popular no contexto brasileiro, abrangendo o período das décadas de 1960 a 2010. É relevante explicitar que, tendo em vista os limites deste manuscrito, no que concerne a reconstituir de forma detalhada todo o processo histórico das práticas de Extensão e das ações de Educação Popular, definiu-se como foco do manuscrito, os momentos em que esses dois campos confluem.

METODOLOGIA

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, caracterizada como do tipo descritivo (GIL, 2002), a qual foi construída com base em uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2012), fundamentando-se na modalidade da revisão narrativa (ROTHER, 2007).

Conforme caracterizado por Gil (2002), as investigações de cunho bibliográfico constituem-se de maneira a serem construídas exclusivamente com base na consulta de materiais tais como: dissertações de mestrado, teses de doutoramento, livros de referência (como a exemplo de produções de caráter técnico-científico) e artigos provenientes de publicações em periódicos científicos. No entendimento de Marconi e Lakatos (2003), uma das principais finalidades da pesquisa bibliográfica é a de viabilizar o contato direto do pesquisador com o maior número de materiais produzidos sobre um determinado assunto.

Como destacado por Gil (2002), as pesquisas do tipo descritivo expressam, como sua principal intenção, o propósito de descrever certas características e peculiarirdades de um dado objeto/fenômeno, sendo possível, também, caso seja de interesse do investigador, o traçar de algumas análises e reflexões sobre as relações existentes entre os elementos observados.

A abordagem utilizada na consecução do estudo foi a qualitativa, que, segundo Minayo (2012), possibilita ao pesquisador debruçar-se sobre categorias práticas que não poderiam ser tratadas de forma quantificável por meio da operacionalização de variáveis matemáticas quantitativas. Segundo a autora, quando o que se pretende é trabalhar com o âmbito das significações, das causas, das pretensões, das crenças, dos valores morais, dos comportamentos e das atitudes, a utilização de uma perspectiva qualitativa de análise torna-se fundamental.

O critério de escolha das obras a serem analisadas e utilizadas como base para a construção do manuscrito em questão deu-se pela leitura de publicações de referência na área da Extensão em Educação Popular, as quais estão disponíveis para acesso gratuito na biblioteca digital[1] do Projeto Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no Sistema Único de Saúde (VEPOP-SUS)[2]. Nesse sentido, foram analisadas 31 publicações disponíveis na biblioteca digital do Projeto.

Diante disso, realizou-se primeiramente uma leitura de caráter exploratório, em vista de apreciar o material e compreender como as produções correspondiam aos objetivos do estudo em questão. De todas as obras analisadas, apenas seis publicações corresponderam aos parâmetros estabelecidos. Isto é, que seu conteúdo abordasse, obrigatoriamente, elementos históricos da Extensão e Educação Popular.

Assim, as obras utilizadas como base para a construção do presente manuscrito foram as seguintes:

- *Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular*, organizado por Cruz et al. (2013);
- *Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência*, organizado Vasconcelos e Cruz (2015);
- *Extensão popular: caminhos em construção*, organizado por Cruz et al. (2017);

[1] A biblioteca digital do Projeto VEPOP-SUS pode ser acessada a partir do seguinte endereço eletrônico: <http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/home/todos-os-projetos/vepop-sus/biblioteca-vepop/%20livros%20/>.

[2] O Projeto VEPOP-SUS foi uma iniciativa decorrente da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS, a qual foi coordenada por uma equipe vinculada ao Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba, contando com apoio e fomento do Governo Federal, a partir Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde do Brasil. Assim, desde o ano de 2013, o Projeto VEPOP-SUS tem desenvolvido ações de formação, produção editorial, articulação social e comunicação direcionadas para as experiências de Extensão Popular brasileiras, com ênfase para as iniciativas que se desdobrem no contexto do SUS, das práticas e dos movimentos sociais populares com atuação na área da saúde, objetivando fortalecer o campo extensionista como *locus* fecundo para a ressignificação da formação universitária, de modo que se viabilize a constituição de trabalhadores de saúde com atitude crítica e humanista, marcada por preceitos éticos e politicos, bem como com habilidades para atuar de forma interdisciplinar e na promoção do engajamento e da participação popular (CRUZ et al., 2019).

- *Extensão, saúde e formação médica: caminhos de construção de experiências extensionistas, suas possibilidades e limites para a promoção da saúde e a formação médica*, organizado por Cruz e Xavier Filho (2017);
- *Caminhos da aprendizagem na extensão universitária: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular*, de autoria de Cruz e Vasconcelos (2017);
- *Vivências de extensão em educação popular no Brasil, v. 1: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens*, organizado por Cruz et al. (2018).

Todavia, como forma de subsidiar o conteúdo histórico-conceitual para a estruturação do texto, também foram consultadas outras publicações de referência na área, como Cananéa (2011), Falcão (2014; 2018), Fleuri (1982; 1989; 2001; 2004; 2017), Freire (2015), Gadotti (2017), Ireland, Silva e Araújo (2017), Lima (2015) e Silva, Brêtas e Santana (2014), assim como publicações referentes à entidade representativa do campo da Extensão.

Esse procedimento de inclusão justifica-se, pois apoia-se metodologicamente na revisão narrativa, a qual segundo Rother (2007, p. 5), diferencia-se por ser "[apropriada] para descrever e discutir o desenvolvimento ou o 'estado da arte' de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual".

Em sequência, realizou-se a leitura analítica de cada publicação com a ordenação das informações obtidas, configurando-se em uma abordagem diacrônica a partir da construção de uma espécie de linha do tempo que tornasse possível a compreensão sistemática da evolução (desenvolvimento temporal) das ações de Extensão em Educação Popular.

Vale salientar que esta pesquisa é resultante do processo de revisão e fundamentação teórica decorrente da construção de uma monografia para a conclusão do curso de graduação em Nutrição, denominada *Extensão Popular no Brasil: um estudo bibliográfico* (ARAÚJO, 2018b), que é fruto resultante de um processo teórico-prático com aprofundamento acerca do campo da Extensão e Educação Popular no Brasil.

OS CAMINHOS INICIAIS DA EXTENSÃO POPULAR: DA EMERGÊNCIA À REPRESSÃO POLÍTICA, DA CLANDESTINIDADE ÀS PRÁTICAS NÃO INSTITUCIONALIZADAS E À REABERTURA DEMOCRÁTICA

Historicamente, é inegável que a aproximação da Educação Popular com a universidade tem início sobretudo na década de 1950, a partir dos diversos anseios emergidos por alguns grupos universitários, diante da inquietação acerca de problemas sociais vivenciados no Brasil. Nesse período, podem ser destacadas questões alusivas ao elevado índice de analfabetismo, ao crescente número de mortalidade infantil decorrente de complicações relacionadas com a desnutrição e subnutrição, à grande quantidade de pessoas acometidas por doenças infecciosas e parasitárias, ao alto número de famílias sem direito a uma moradia digna, dentre outras questões.

Mesmo sem estarem vinculados institucionalmente a projetos formalizados de Extensão e sem utilizar tal designação, é fato que esse período foi marcado pela ação de docentes, técnicos e discentes universitários que buscavam se aproximar dos grupos populares e de seus respectivos contextos de vida, na perspectiva de agir frente a essas necessidades e na tentativa de viabilizar uma forma de combatê-las. Assim, esses atores viam e compreendiam que a instituição universitária possuía o papel e a responsabilidade social de elaborar possíveis estratégias de ação que colaborassem para abrandar ou "superar" tais problemas que permeavam a sociedade (ARAÚJO, 2018a; CRUZ, 2017a).

Em diferentes momentos históricos e políticos, das décadas de 1950 a 2010, transcorreram intensas e importantes ações extensionistas compostas por grupos e setores universitários de forma solidária, engajada e compromissada com as camadas populares e concomitantemente aos seus movimentos sociais, como exposto por Araújo (2018a), Cruz et al. (2018), Cruz e Vasconcelos (2017), Fleuri (1989), Gadotti (2017) e Vasconcelos e Cruz (2015) em suas publicações acerca do tema.

Fleuri (1989) concede ao movimento estudantil brasileiro um papel ímpar, no que se refere a questionar o posicionamento da instituição universitária, a qual é tida como elitista, e à concretização de uma Extensão vinculada aos processos de Educação Popular paralelamente aos movimentos sociais. Assim, esse autor afirma que:

> O questionamento do caráter elitista da universidade e a promoção de práticas vinculadas aos movimentos populares emergem não da universidade enquanto instituição, mas decorrem de iniciativas assumidas principalmente pelo movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes […], fundada em 1938, engaja-se no enfrentamento de questões nacionais a partir de 1956, chegando a estabelecer uma articulação orgânica com os setores do movimento popular emergente no período de 1961-64 (FLEURI, 1989, p. 62).

Nesse contexto, destacam-se a formulação e implementação de campanhas nacionais de alfabetização desenvolvidas no âmbito do governo federal brasileiro, que usualmente recebiam apoio e participação de estudantes e docentes universitários, destacando-se algumas que ocorreram de 1947 ao fim da década de 1950, mas sobretudo as experiências que se desenvolveram nos primeiros anos da década de 1960.

Entre as mais reconhecidas, figuram: a) A campanha de alfabetização De pé no chão também se aprende a ler, realizada no ano de 1961, no município de Natal (RN); b) O Movimento de Educação de Base (MEB), constituído a partir de uma articulação entre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e o Governo Federal brasileiro, em 1961; c) O Movimento de Cultura Popular (MCP), originado no município de Recife (PE), no mesmo ano; d) Os Centros Populares de Arte e Cultura (CPC), no período de 1962, que eram vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE); e) A Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), promovida em 1962, nos municípios de João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB); f) A experiência de Angicos (RN), em 1963 (FLEURI, 1989; GADOTTI, 2017). Como explicitado em Fávero (1985), muitas dessas iniciativas eram desenvolvidas e pensadas de forma articulda, com a perspectiva da constituição do que era concebido como uma Universidade Popular.

Com o golpe militar de 1964, essas práticas foram postas como subversivas, de forma que começaram a ser severamente sufocadas e reprimidas, forçando tais práticas a entrar na clandestinadade para que pudessem conitnuar a ocorrer. Por consequência, muitas dessas iniciativas foram abrigadas por igrejas cristãs, de modo que as experiências de Educação Popular passam a ser implementadas juntamente com os trabalhos das pastorais, uma vez que os militares não possuíam legitimidade e poder para conter todas as ações sociais produzidas pela Igreja (VASCONCELOS, 2015a).

Consideradas como práticas subversivas, elas passam a ocorrer de forma alheia e sem qualquer ligação direta com a universidade, ou seja, não eram postas como trabalhos oficiais,

sendo realizadas de forma "discreta". Caso ocorresse a descoberta de tais iniciativas, justificavam sua existência por ocasião de "motivação" religiosa dos seus participantes. Em vista disso, assim desenrolavam-se as experiências extensionistas clandestinas que permeavam a cultura estudantil das muitas instituições universitárias brasileiras (FLEURI, 1989; VASCONCELOS, 2015a).

Na década de 1960, também merece destaque a importante contribuição de Paulo Freire, com a publicação do livro intitulado *Extensão ou Comunicação?*, lançado originalmente no ano de 1969, sendo uma obra escrita por ele enquanto estava em exílio no Chile, em decorrência da perseguição política promovida pelo golpe militar ocorrido no Brasil. Nessa obra, o educador Paulo Freire reflete a necessidade da construção e execução de um processo educativo permeado pelo diálogo, opondo-se, assim, às ações unilaterais e antidialógicas de Extensão que eram desenvolvidas principalmente nas áreas rurais (FREIRE, 2015).

Os trabalhos em Educação Popular, nos anos 1970, de modo mais contundente, encontravam-se ligados às iniciativas de movimentos sociais, em associações comunitárias, em organizações populares, como também em setores e ações de base progressista, elaboradas por grupos ligados à Igreja Católica, que dispunham do apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e das pastorais sociais, sobretudo, a partir da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

Assim, na metade da década de 1970, há uma reorganização e a emergência de variados movimentos de oposição ao regime ditatorial, em que várias instituições universitárias se unem a essa mobilização paralelamente, fazendo jus às pautas sociais reivindicadas. Nesse ínterim, a Extensão Universitária emerge e passa a ser conmpreendida como campo de interlocução e possibilidades de articulações entre estudantes e docentes universitários com os movimentos sociais populares (FLEURI, 1989). Em relação a isso, a experiência de reforma curricular iniciada em 1978, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a qual foi analisada por Fleuri (1982), é um exemplo bem interessante.

Como exposto por Cruz (2017b), nessa década, várias ações extensionistas da área da saúde vão aflorando de maneira timidamente institucionalizada ou mesmo não institucionalizada. Orientando-se com base na Educação Popular, não buscavam impor "verdades", tampouco prestavam-se ao papel de determinar formas de se comportar e viver a partir de uma ótica da prescrição do que era considerado como o "correto" a se seguir. Ao invés

disso, pautavam-se como experiências forjadas na busca de constituir, de forma horizontal e pedagógica, a construção de processos educativos dialógicos que motivassem a reflexão crítica e a conscientização das pessoas, objetivando reforçar a ação comunitária para que essa não ficasse restrita ao campo sanitário, com o anseio de qualificar as ações dos sujeitos em seu contexto de trabalho e moradia (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

Na década de 1980, pode-se perceber que essa perspectiva atua e se evidencia como um ponto crucial para o processo de aglutinação que se fez necessário para o fortalecimento do movimento de redemocratização no Brasil e, concomitantemente, para elaborar a Constituição Federal de 1988 (CRUZ; VASCONCELOS, 2017). Nesse período, segundo Vasconcelos (2015a), a perspectiva da Educação Popular encontrava-se atrelada à vida universitária, contribuindo como um horizonte para a realização dos muitos trabalhos sociais praticados por estudantes, docentes e intelectuais mais inquietos, embora não fosse uma iniciativa oficial das políticas institucionais da universidade.

A esse respeito, Reinaldo Fleuri (1989) destaca que: "A participação maciça de estudantes e professores universitários nestes movimentos caracteriza uma nova proposta de extensão universitária, embora não se tenha conseguido efetivamente envolver a universidade como instituição" (p. 63).

Entre as décadas de 1970 e o período de abertura democrática de 1980, diversos grupos universitários constituíram relações significativas com movimentos sociais, destacando-se setores como: educação, saúde e direitos humanos (CRUZ, 2015). Nos anos de 1980, pode-se observar com destaque que sindicatos, associações de moradores de bairros e organizações populares articularam-se em lutas por direitos sociais e na defesa para que, no Brasil, ocorresse a reabertura política, juntando-se, assim, aos espaços formados por conselhos de várias áreas sociais, a exemplo da educação, saúde e moradia. Portanto, materializando-se uma gama de lutas fundadas pelos princípios da Educação Popular que estavam imbuídas pelo desejo de edificar uma nova sociedade.

Como exemplo das iniciativas extensionistas, as quais tinham a Educação Popular como eixo orientador, na década de 1980, merecem destaque experiências como a do projeto de Ação Cultural e Tecnologia Apropriada (ACTA) da Universidade Metodista de Piracicaba

(UNIMEP), em 1983 (FLEURI, 2001), e as desenvolvidas de forma vinculada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como a do Projeto Cabedelo, em 1981 (CANANÉA, 2011); a do Núcleo de Ação Comunitária (NAC), em 1987 (VASCONCELOS, 2015b); e a dos Estágios de Vivências em Comunidades, em 1987 (FALCÃO, 2014).

Não obstante, um fato relevante de ser salientado, é que, em 1988, foi publicada a tese de doutorado de Reinaldo Matias Fleuri, intitulada *Educação Popular e Universidade: contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da UNIMEP (1978-1987)*, a qual foi defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e que apresenta um debate pioneiro a respeito do trabalho extenionista orientado pela Educação Popular. Sendo essa, inclusive, posteriormente publicada em formato de livro (FLEURI, 2001).

EXTENSÃO POPULAR, A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SUAS PRÁTICAS E O FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Segundo Cruz (2017a), o movimento brasileiro pela democratização foi relevante para a implementação de significativas mudanças nas práticas acadêmicas. De acordo com o autor:

> O clima democrático e a participação ativa dos movimentos sociais nos processos de conquistas populares favoreciam a defesa por uma Universidade que abandonasse a posição neutra frente a essa efervescência e passasse a dialogar com esses setores, com vistas a fortalecer e a aperfeiçoar sua capacidade de lutar pela cidadania (CRUZ, 2017a, p. 65).

Em virtude disso, em meados da década de 1980, no período da redemocratização da vida brasileira, à medida que se seguia com o processo de debate e construção da Constituição Cidadã de 1988, era perceptivel no interior das várias universidades e centros de ensino superior e técnico, uma forte necessidade de idealizar estratégias de ação e formas de intervenção que viabilizassem a busca e o desenvolvimento de uma nova consciência política e de vida em sociedade, a qual tivesse suas bases assentadas e uma participação popular efetiva, para que, assim, pudesse ser edificada uma sociedade realmente democrática (CRUZ, 2017a).

Na medida em que a universidade possui como parte de seu papel social a finalidade de desenvolver e viabilizar a formação de caráter cidadão e crítico, essa instituição social não poderia ficar alheia às novas demandas da sociedade, principalmente ao considerar que muitos daqueles sujeitos e grupos universitários, que antes eram sujeitados a agir de forma subversiva na clandestinidade, já podiam desenvolver suas atividades acadêmicas junto com os setores populares de forma pública (CRUZ, 2017a). Nesse período, vários intelectuais, professores, técnicos, estudantes e atores populares com papel de liderança, os quais haviam participado dos processos em Educação Popular, de forma clandestina, durante a época do regime militar, acabaram ocupando posições e assumindo incubencias para chefiar algunas setores de instituições importantes do setor público e privado, o que culminou na iniciativa de se pensar na estruturação de um Estado conduzido pela participação popular e com possibilidade de superar as injustiças sociais (VASCONCELOS, 2015a).

Por meio dessas diversificadas experiências, percebe-se que se foi intensificando a tradição extensionista brasileira, em uma perspectiva compromissada com a execução de iniciativas desenvolvidas de forma compartilhada com os sujeitos e grupos das camadas populares, que enfoca em seu desenvolver e caminhar a busca de transformação social (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

No ano de 1985, com o desfecho da ditadura militar, lança-se o processo de reabertura politico-democrática e o surgimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), alguns anos depois, em idos de 1987. Junto a isso, decorre uma elaboração conceitual da Extensão Universitária, advindo do fato que essa concepção desenvolvida e em vigência passa a aglutinar um número diverso de ações exercidas pelas instituições universitárias que mantinham algum tipo de relação com a sociedade.

Desse modo, o referido Fórum designou que:

> A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a

> democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (FORPROEX, 1987, p. 11).

Nesse contexto, as atividades extensionistas orientadas pela Educação Popular tiveram um lugar destacado, não meramente apenas sendo reconhecidas, mas podendo contar e valer-se do apoio institucional. Por conseguinte, a Extensão Universitária passou a ver as ações de Educação Popular enquanto iniciativas institucionais, contando como parte do conjunto diversificado de práticas extensionistas (CRUZ, 2017a).

Ao longo da década de 1990, em face da consolidação e do aprofundamento do capitalismo global em sua face neoliberal, a Educação Popular manteve-se presente no contexto de resistência e na construção de alternativas a esse modelo. O trabalho extensionista, sobretudo com as comunidades socioeconomicamente vulneráveis e junto com os movimentos socais populares, começou oficialmente a ser valorizado e estimulado na universidade, passando a ser compreendido como uma ação inovadora e progressista (CRUZ; VASCONCELOS, 2017; VASCONCELOS, 2015a).

Por esse ângulo, o FORPROEX passa a explicitar o princípio de que a prática extensionista desenvolvida pela universidade esteja vinculada aos movimentos sociais, com o intuito de elaborar conjuntamente estratégias que possibilitem superar ou minimizar as desigualdades da sociedade. Diante disso, o Fórum salienta que a "Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil" (FORPROEX, 2012, p. 21).

Destarte, em virtude da renovação de políticas públicas e sociais, especialmente no âmbito da área da Saúde, em consequência do processo que estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS), como também das ações de expansão e fortalecimento que culminaram na criação e implementação de projetos para a reorganização dos serviços de saúde pública sob a perspectiva da Atenção Primária à Saúde. O que acarretou em uma constante ampliação da demanda por profissionais com especificidades, experiências e habilidades consideradas como adequadas para trabalhar e lidar com as pessoas e as famílias oriundas dos setores populares (VASCONCELOS, 2015a).

Isto é, com um perfil profissional que tivesse em suas características uma atitude de respeito calcada em uma capacidade compreensiva para entender os anseios, os interesses e,

principalmente, a forma como os sujeitos das classes populares compreendem e relacionam-se com o mundo à sua volta (VASCONCELOS, 2015a).

Por essa razão, os estudantes universitários que possuíssem experiências na participação em iniciativas extensionistas pautadas nos aportes da concepção de Educação Popular, foram constituindo-se em profissionais com um perfil diferenciado para atuar em contextos sociais adversos, que demandavam uma capacidade mais acurada para lidar com situações complexas (VASCONCELOS, 2015a). Dessa maneira, a atuação em atividades de Extensão em Educação Popular acabou adquirindo uma dimensão para além da militância política. Portanto, sendo compreendida de maneira em que os estudantes em formação pudessem qualificar-se para atuar nesse novo contexto de atuação no campo da saúde pública, que se encontrava em processo de estruturação, em virtude das políticas sociais que passaram a ser instituídas (VASCONCELOS, 2015a).

No que diz respeito a isso, Cruz (2017b) sublinha que de forma paulatina foi se formando uma compreensão de que:

> [...] o enfrentamento de grande parte das questões de saúde demandava uma compreensão ampliada e multifacetada dos contextos e dos territórios onde as pessoas viviam, e que a ação do profissional de saúde precisava incorporar atitudes diante dos determinantes e condicionantes sociais de saúde, bem como uma ação intersetorial e interdisciplinar (CRUZ, 2017b, p. 230).

Dentre algumas experiências significativas que foram desenvolvidas por sujeitos e grupos vinculados à UFPB e que tiveram repercussão nacional, figuram a do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC), do ano de 1990, sobretudo pela ampliação em nível nacional dos Estágios de Vivências em Comunidades (FALCÃO, 2018), do Projeto Escola Zé Peão (PEZP), também em 1990 (IRELAND; SILVA; ARAÚJO, 2017), e do Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF), em idos de 1997 (VASCONCELOS; CRUZ, 2015). Soma-se a isso, a criação do Núcleo de Pesquisa em Educação Intercultural e Movimentos Sociais (hoje conhecido como Rede MOVER), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1994 (FLEURI, 2017).

Outros marcos relevantes para serem elencados, são a realização, no ano de 1994, na UFPB, do IV Seminário Internacional: Universidade e Educação Popular (SOUZA, 1998), e a publicação, em 1996, da tese de doutorado de José Francisco de Melo Neto, intitulada *Extensão universitária: uma análise crítica*, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ) e que foi publicada em forma de livro no ano de 2001, trazendo uma profícua reflexão crítica sobre uma necessária reconceituação da Extensão como trabalho social (MELO NETO, 2001). Ainda em 1999, foi criado, na UFPB, o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), que na época, estava sob a coordenação do Professor Doutor José Francisco de Melo Neto e que se evidencia como ambiente aglutinador de sujeitos que se preocuparam em pensar, de forma sistemática, a elaboração teórico-conceitual da concepção de Extensão Popular (CRUZ, 2020).

Concomitantemente, ao fim da década de 1990 e início de 2000, cada vez mais grupos políticos liderados por antigos membros de movimentos populares e práticas sociais de Educação Popular, acabaram por ocupar cargos eletivos na estrutura estatal, desempenhando funções políticas em prefeituras, governos estaduais e, consequentemente, em secretarias e outros órgãos de governo (VASCONCELOS, 2015a).

Em 2003, esse processo culminou com a eleição para a instância máxima da gestão federal do governo brasileiro, tendo como base o projeto democrático e popular do Partido dos Trabalhadores e seus aliados. Com isso, verificou-se a abertura e a consolidação de mais espaços para a aproximação do Estado junto aos movimentos populares e a perspectiva da Educação Popular. Sendo essa, inclusive, vista como uma estratégia relevante na organização, execução e coordenação das políticas públicas (VASCONCELOS, 2015a).

A esse respeito, Vasconcelos (2015a) afirma que essa convergência de acontecimentos acabou impactando de forma significativa a universidade, a tal ponto que:

> Os projetos de extensão orientados pela Educação Popular passam a ter espaço político para reivindicar que a política de extensão universitária priorize essa perspectiva teórica e metodológica. Suas lideranças já não se contentam em ser toleradas e até apoiadas como práticas alternativas pontuais e passam a reivindicar que essa forma de conduzir a extensão seja priorizada na vida universitária. Assim, a ação do FORPROEX, com a presença de pró-reitores com experiência em trabalhos comunitários orientados pela Educação Popular, torna possível alguns avanços para o fortalecimento institucional dessas experiências (VASCONCELOS, 2015a, p. 19).

Entre algumas experiências, destacam-se, a do Movimento ExtraMuros, na Universidade de Brasília (UnB), em 2001 (LIMA, 2015); a da Liga de Saúde Coletiva, na Universidade Regional de Blumenau (FURB), em 2003 (SILVEIRA, 2008); a do Espaço Ekobé, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), iniciada em 2005 (DANTAS et al., 2018); a do Projeto Vivências em Educação Popular no Extremo Sul (VEPOP – Extremo Sul), na

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no ano de 2006 (ROSA, 2013); e as iniciativas desenvolvidas pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como a do Projeto Saber Cuidar, em 2001, e a do Projeto Periferia dos Sonhos, criado em 2009 (SILVA; BRÊTAS; SANTANA, 2014).

Outro fato que assinala a profusão da discussão estabelecida em torno da Extensão articulada com a Educação Popular, foi o desenvolvido a partir de Fleuri (2004), no âmbito do Grupo de Trabalho de Educação Popular, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em que o mesmo discute e propõe a constituição de um novo paradigma, cognominado por ele de *conversidade*.

Nesse percurso, também é relevante destacar a constituição da Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU), no período de 2002, de modo que se vai formando um movimento que, em seu ápice, contribui para a criação, no ano de 2005, de uma rede que englobou estudantes, docentes e técnicos, assim como atores de movimentos sociais, lideranças populares e profissionais de saúde e de educação, comprometidos com uma nova proposta, que foi nomeada de Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

Esse movimento ganhou corpo com uma proposta teórico-metodológica e política reconhecida com o conceito de *Extensão Popular*, formulado teoricamente por José Francisco de Melo Neto, em sua obra de mesmo nome, publicada em 2006. Nesse mesmo ano, o conceito de Extensão Popular também ganha corpo com a publicação das obras *Vivência em comunidades: outra forma de ensino*, de autoria de Falcão (2014), e *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*, organizada por Vasconcelos, Frota e Simon (2015).

A partir da criação da ANEPOP, foi desenvolvendo-se uma participação engajada pela conquista de um espaço político significativo que contemplasse uma luta pela valorização dos elementos da concepção da Educação Popular nas políticas de Extensão Universitária (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

No ano de 2006, pode-se destacar a participação dos membros da ANEPOP em diversos eventos, à exemplo do Fórum Social Brasileiro, que foi realizado em Recife (PE); do VII Congresso Nacional da Rede Unida, que ocorreu na cidade de Curitiba (PR) e; do Congresso Mundial de Saúde Pública, no Rio de Janeiro (RJ). Sempre buscando provocar a reflexão crítica

sobre a Extensão e assinalando o diferencial da Educação Popular como pressuposto teórico-metodológico e ético-político orientador do trabalho social universitário (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

Assim, dentre algumas das ações mobilizadas a partir da ANEPOP, figuram a organização de oficinas, mesas-redondas, rodas de conversa e a construção da Tenda Paulo Freire, no III Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado em Florianópolis (SC). Por isso, sendo um momento que inaugura e expressa uma forma de fazer horizontalizada, dialógica, reflexivo-crítica e, sobretudo, propositiva da Extensão Popular no contexto acadêmico brasileiro (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

Posteriormente a isso, foram estruturados alguns estágios de vivência pelos integrantes da ANEPOP, como a Jornada de Extensão Universitária (JORNEXU), que foi efetuada em algumas localidades paraibanas; o Estágio Nacional Multiprofissional de Vivências em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (VEPASF), também na Paraíba; e o VEPOP – Extremo Sul, no Rio Grande do Sul. Ademais, a ANEPOP foi tornando-se cada vez mais presente e atuante em vários eventos internacionais, nacionais e regionais, como à exemplo do III Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde, no ano de 2007, em São Carlos (SP); nas edições do Congresso Nordestino de Extensão Universitária, que foram realizados em Salvador (BA), em 2007, e no Recife-PE, em 2010; no X Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária, que aconteceu em Montevideo, no Uruguai, no ano de 2009; no IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, que ocorreu na cidade de Dourados (MS), em 2009 e; no XXIII Encontro Nacional do FORPROEX, em Brasília (DF), em 2010 (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

Outros pontos fundamentais na atuação da ANEPOP, foram a realização de um Curso de Extensão, na UFPB, para aprofundar a discussão teórico-metodológica a respeito da Extensão Popular, assim como a promoção de eventos que anunciassem o debate sobre a Extensão Popular. Nesse sentido, a ANEPOP, trabalhando de forma colaborativa com outros coletivos de Educação Popular da Saúde, esteve à frente da organização do IV Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde, que foi realizado na cidade de Fortaleza (CE), no ano de 2009, momento em que se efetuou a primeira edição do Encontro Nacional de Extensão Popular em Saúde. Além disso, a partir de sua parceria com o Grupo EXTELAR, a ANEPOP também organizou, em João Pessoa (PB), no ano de 2007, a edição um do Seminário

Nordestino de Extensão Popular e a segunda edição do Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular, bem como as três edições do Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, que também foram realizados em João Pessoa (PB), respectivamente, em 2009, 2013 e 2016 (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

Nessa perspectiva, uma outra contribuição significativa da atuação conjunta da ANEPOP com outros coletivos nacionais de Educação Popular do campo da saúde, foi a de sua participação no Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde, podendo contribuir para a elaboração da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS) (BRASIL, 2013), a qual foi publicada em 2013, e que apresenta um eixo estratégico direcionado para impactar na formação universitária.

Em razão disso, em 2013 foi reestabelecido o VEPOP-SUS, como parte das estratégias da PNEPS-SUS, contando com o apoio de fomento do Governo Federal, via Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Porém, dessa vez, ao invés de ter como ênfase apenas as vivências em comunidades, o mesmo passou a abranger um conjunto de ações com profusão nacional, tais como: produção editorial, articulação social, apoio e organização de eventos acadêmicos, mapeamento de experiências brasileiras de Extensão Popular, dentre outras (CRUZ et al., 2019).

Por fim, cabe enfatizar que, como pôde ser observado neste artigo, o processo que estabelece e consolida a Extensão como uma dimensão constitutiva do cotidiano universitário, ocorre por meio de um processo histórico perpassado por ações e articulações dos mais diversos sujeitos, grupos, setores sociais e universitários ao longo de anos e de lutas para aprimorar os caminhos da Extensão, que se constitui em um elo comunicativo entre as instituições universitárias e a sociedade, fazendo o uso de um diálogo permanente, perpassado por uma intencionalidade crítica, propositiva e comprometida com as camadas populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como delineado ao longo do presente manuscrito, as ações de Extensão Popular desenvolvidas no contexto brasileiro, são decorrentes de experiências de Extensão Universitária de modo articulado com os processos de Educação Popular, que se foram constituindo e sendo aprimoradas no avançar das décadas, sobretudo a partir de 1960. Elas

foram inicialmente identificadas com a ótica de ação cultural aliada às experiências que visavam alfabetizar jovens e adultos oriundos das classes populares, impulsionadas, principalmente, com apoio de iniciativas vinculadas a grupos de intelectuais, organizações políticas com o perfil ideológico de esquerda e por setores de igrejas cristãs de caráter progressista, contando com o apoio e a parceria de lideranças populares e de movimentos sociais de cunho popular.

Essas práticas apresentavam como eixo fundamental o trabalho comunitário forjado junto *com* os sujeitos e grupos das classes populares, fundadas em pressupostos como: a problematização da realidade objetiva, o diálogo horizontalizado, o fomento à participação popular, a valorização dos saberes e experiências anteriores dos sujeitos, o respeito à cultura popular, além da atitude crítica e propositiva frente às circunstâncias geradoras de exclusão e opressão.

A princípio, as experiências de Extensão Popular vão desenvolvendo-se desvinculadas ou pouco atreladas à universidade como instituição social. Com o golpe militar e o início do período ditatorial, em 1964, uma parte significativa dessas iniciativas são desarticuladas e intensamente reprimidas. Não obstante, algumas ações continuaram a desenvolver-se reconditamente. Em consequência da abertura democrática e política, e com o fim do governo militar, no ano de 1985, tais práticas paulatinamente vão se tornando institucionalmente reconhecidas. Consecutivamente, a partir da implementação e consolidação de algumas políticas públicas, essas práticas extensionistas passam a usufruir de certa credibilidade institucional, angariando devido reconhecimento e destaque, incorrendo, inclusive, na consecução de incentivos e até mesmo de apoio. Apesar de não gozar de um status hegemônico no ambiente universitário e serem consideradas muito mais como uma prática "alternativa" aos modelos predominantes, gradativamente elas têm angariado espaços no multifacetado contexto acadêmico e se estabelecido concretamente como possibilidade reorientadora do trabalho social universitário.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. S. Extensão universitária: aspectos histórico-conceituais e o desvelar de outra possibilidade teórico-metodológica a partir da educação popular. In: CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Vivências de extensão em educação popular no Brasil**: v. 1: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018a. p. 273-309.

ARAÚJO, R. S. **Extensão popular no Brasil:** um estudo bibliográfico. 2018. 111 f. Monografia (Graduação em Nutrição) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018b.

BRANDÃO, C. R. A educação popular na área da saúde. In: VASCONCELOS, E. M.; PRADO, E. V. (Orgs.). **A saúde nas palavras e nos gestos:** reflexões da rede de educação popular e saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 34-40.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde. **Política nacional de educação popular em saúde no sistema único de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CALADO, A. J. F. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Educação popular e nutrição social:** reflexões e vivências com base em uma experiência. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 355-375.

CANANÉA, F. A. A. L. C. **O mar e a jangada:** política cultural e extensão universitária. João Pessoa: UFPB, 2011.

CRUZ, P. J. S. C. Pesquisa e educação popular: formulações, enfoques e concepções do Grupos de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR). In: OLIVEIRA, A. F. et al. (Orgs.). **Educação popular:** autoras e autores da Paraíba. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. 1 v. p. 37-52.

CRUZ, P. J. S. C. Extensão popular: um movimento, um mosaico diverso de práticas e uma concepção para a reorientação do fazer universitário tradicional. In: CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Vivências de extensão em educação popular no Brasil**: v. 1: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. p. 15-34.

CRUZ, P. J. S. C. Universidade popular: fundamentos, aprendizados e caminhos pela extensão. In: CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Extensão popular:** caminhos em construção. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017a. p. 53-82.

CRUZ, P. J. S. C. A extensão em educação popular e seus significados no processo de reorientação da formação médica: um ensaio sobre a experiência da Universidade Federal da Paraíba. In: CRUZ, P. J. S. C.; XAVIER FILHO, M. C. S. (Orgs.). **Extensão, saúde e formação médica:** caminhos de construção de experiências extensionistas, suas possibilidades e limites para a promoção da saúde e a formação médica. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017b. p. 227-252.

CRUZ, P. J. S. C. Extensão popular: a reinvenção da universidade. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs.). **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. 2. ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2015. p. 40-61.

CRUZ, P. J. S. C. et al. Mapeamento de experiências de extensão popular nas universidades públicas brasileiras: um estudo descritivo em escala nacional. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 7-16, jan./abr. 2019.

CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Vivências de extensão em educação popular no Brasil**: v. 1: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Extensão popular:** caminhos em construção. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Educação popular na universidade:** reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013.

CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, E. M. **Caminhos da aprendizagem na extensão universitária:** reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). São Paulo: Hucitec, 2017.

CRUZ, P. J. S. C.; XAVIER FILHO, M. C. S. (Orgs.). **Extensão, saúde e formação médica:** caminhos de construção de experiências extensionistas, suas possibilidades e limites para a promoção da saúde e a formação médica. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

DANTAS, V. L. A. et al. Educação popular e permacultura em diálogo cuidadoso – pela construção de saberes necessários à reinvenção da vida. In: ARAÚJO, R. S.; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs.). **Educação popular e práticas sociais:** ação, processo formativo e construção de conhecimento. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. p. 173-194.

FALCÃO, E. F. **Extensão popular:** caminhos para a emancipação. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

FALCÃO, E. F. **Vivência em comunidades:** outra forma de ensino. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

FÁVERO, O. (Org.). **Cultura popular, educação popular:** memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal; Paz e Terra, 1985.

FLEURI, R. M. **Educação intercultural e movimentos sociais:** trajetórias de pesquisa da Rede MOVER. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

FLEURI, R. M. Conversidade: conhecimento construído na relação entre educação popular e universidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27, 2004, Caxambu. **Anais da XXVII Reunião Anual da ANPEd**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. p. 1-45. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_reinaldo_fleury.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

FLEURI, R. M. **Educação popular e universidade:** contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Metodista de Piracicaba (1978-1987). Florianópolis: UFSC, 2001.

FLEURI, R. M. Extensão universitária em educação popular. **Educ. e Filos**., Uberlândia, v. 3, n. 6, p. 59-73, 1989.

FLEURI, R. M. **O ciclo básico da PUCSP:** uma proposta inovadora? São Paulo: Loyola, 1982.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Política e educação:** ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. **Extensão universitária:** para quê? Instituto Paulo Freire. 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IRELAND, T. D.; SILVA, E. J. L.; ARAÚJO, L. M. (Orgs.). **Aprendendo com o trabalho:** 25 anos da Escola Zé Peão. Jundiaí: Paco, 2017.

JARA, O. H. O desafio de teorizar sobre a prática para transformá-la. In: GADOTTI, M.; TORRES, C. A. (Orgs.). **Educação popular:** utopia latino-americana. Tradução de Jaime Bizeh. 2. ed. Brasília: Ibama, 2003. p. 101-123.

JEZINE, E. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: UFPB, 2006.

LIMA, P. D. A Ger'Ação Direta no DF: reflexões sobre as lutas sociais em Brasília na primeira década século XXI. In: RÊSES, E. S. (Org.). **Universidade e movimentos sociais**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 119-149.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária**: uma análise crítica. João Pessoa: UFPB, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PALUDO, C. Educação Popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, mai./ago. 2015.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, jun. 2007.

ROSA, I. M. Pedras, noites e poemas: percepções de um extensionista popular. In: CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Educação popular na universidade:** reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013. p. 77-81.

SILVA, A. C. M.; BRÊTAS, A. C. P.; SANTANA, C. L. A. (Orgs.). **Com-unidade:** experiências extensionistas. São Paulo: Páginas & Letras, 2014.

SOUZA, J. F. Educação popular para o terceiro milênio – desafios e perspectivas. In: COSTA, M. V. (Org.). **Educação popular hoje:** variações sobre o tema. São Paulo: Loyola, 1998. p. 11-36.

SILVEIRA, J. L. G. C. (Org.). **Liga de saúde coletiva:** extensão popular em busca da integralidade. 1. ed. Blumenau: EDIFURB, 2008.

VASCONCELOS, E. M. Apresentando: Educação popular na universidade. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs.). **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. 2. ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2015a. p. 15-24.

VASCONCELOS, E. M. Educação popular: da extensão à disciplina no curso de medicina. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs.). **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. 2. ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2015b. p. 351-361.

VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs.). **Educação popular na formação universitária:** reflexões com base em uma experiência. 2. ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2015.

VASCONCELOS, E. M.; FROTA, L. H.; SIMON, E. (Orgs.). **Perplexidade na universidade:** vivências nos cursos de saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

POPULAR EXTENSION: HISTORICAL MILESTONES

ABSTRACT
The Extension dimension has historically stood out as the academic pillar through which various social practices are being carried out. In this context, there is an extension perspective oriented based on the Freirian concept of Popular Education. Given the above, the present manuscript aims to outline, from a historical diachronic approach, the process of constituting the field of Extension Popular, in the Brazilian context. To do so, a descriptive bibliographic research was used, with a qualitative approach, based on the narrative review modality. It is observed that, at first, these extension initiatives in Popular Education were developed in a way that was disconnected from the university as a social institution. With the beginning of the military dictatorship period, these practices began to be severely repressed, yet they continued to occur. With the end of the military regime and political openness, these practices started to be recognized institutionally. In a row, with the consolidation of some government policies, these experiences have been enjoying institutional credibility and gaining more and more prominence and recognition. Despite not being a hegemonic practice, gradually, they have been conquering space in the multifaceted university scenario and consolidating itself as a concrete possibility.
Keywords: University Extension. Popular Education. Brazil.

EXTENSIÓN POPULAR: HITOS HISTÓRICOS

RESUMEN
La Extensión se ha destacado históricamente como el pilar académico a través del cual se han llevado a cabo diversas prácticas sociales. En este contexto, existe una perspectiva de Extensión orientada a partir del concepto freiriano de Educación Popular. El presente manuscrito pretende esbozar, desde un enfoque histórico diacrónico, el proceso de constitución del campo de la Extensión Popular, en el contexto brasileño. Metodologicamente, se llevó a cabo una investigación bibliográfica descriptiva, con enfoque cualitativo, basada en la modalidad de revisión narrativa. Se observa que, en un primer momento, estas iniciativas de Extensión en Educación Popular se desarrollaron de manera desconectada de la universidad como institución social. Con el inicio del período de la dictadura militar, en 1964, estas prácticas comenzaron a ser severamente reprimidas, pero continuaron ocurriendo. Con el fin del

régimen militar en 1985 y la apertura política, estas prácticas comenzaron a ser reconocidas institucionalmente. En línea, con la consolidación de algunas políticas gubernamentales, estas experiencias han ido gozando de credibilidad institucional y ganando cada vez más protagonismo y reconocimiento. A pesar de no ser una práctica hegemónica, paulatinamente han ido conquistando espacio en el polifacético escenario universitario y consolidándose como una posibilidad concreta.
Palabras clave: Extensión Universitaria. Educación Popular. Brasil.

Submetido em: julho de 2020.
Aprovado em: novembro de 2020.
Publicado em: janeiro de 2021.